

# CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 2021

## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão SA., em conformidade com o **art. 8, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303, de 30.06.2016**, bem como com o **art. 13, incisos I, III e VIII, do Decreto Federal no 8.945, de 27.12.2016**, através do seu Conselho de Administração (CAD), apresenta sua Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa referente ao exercício social findo em 31/12/2021.

Este documento foi elaborado através da coletânea das principais ações da companhia no período compreendido entre 01/01/2021 e 31/12/2021, e tem como objetivo evidenciar o cumprimento das responsabilidades desta administração no que tange ao acompanhamento e à contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.

Em 2021, ingressamos no segundo ano da pandemia de Covid-19, com o surgimento de novas variantes do vírus SARS-CoV-2 mais transmissíveis, como gama, delta e a ômicron, obrigando a adoção de estratégias para manutenção de nossas atividades operacionais e administrativas, sempre priorizando a saúde de nossos colaboradores.

Neste ano perdurou o baixo volume de chuvas que há alguns anos vem impactando negativamente a geração de energia hidrelétrica no Brasil, resultando na aplicação da “bandeira de escassez hídrica” consequência do despacho de fontes de energia mais caras. Percebendo-se um acréscimo de 52% (cinquenta e dois pontos percentuais) no Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) no subsistema Sul, quando comparado ao exercício anterior.

Em 2021, enfrentamos o maior desafio de engenharia desde a inauguração do CEFSC, onde, após a realização de trabalhos de inspeção subaquática percebeu-se o depósito de obstáculos causados pelo deslocamento de rochas no interior do túnel de baixa pressão da UHE Fundão, o que estava comprometendo a usina com perda de carga,

obrigando a recuperação do ativo.

A situação impôs a necessidade de paralização das operações de geração da UHE Fundão, com a realização emergencial das obras necessárias à recuperação do túnel de adução. Então, passados pouco mais de quatro meses do início dos trabalhos, foi possível recolocar a unidade em plena atividade mesmo diante da complexidade da obra, mitigando riscos de comprometimento de receitas futuras.

A companhia aderiu em setembro de 2021 à repactuação do risco hidrológico prevista na Lei Federal nº 14.052/2020, que somado aos benefícios adquiridos anteriormente com a Lei Federal nº 13.203/2015, possibilitou que o término do prazo de concessão das usinas originalmente previsto para outubro de 2036, fosse estendido para 10 de maio de 2040, no caso da UHE Santa Clara, e 10 de junho de 2040, para a UHE Fundão.

A inflação medida pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços Médios) realizado pela Fundação Getúlio Vargas nos 12 meses do exercício de 2021, registrou um acumulado de 17,78% (dezesete vírgula setenta e oito pontos percentuais), segundo maior percentual desde o início das operações do complexo, ficando atrás apenas do ano anterior, quando apontou 23,14% (vinte e três vírgula quatorze por cento).

O IGP-M corrige as parcelas do Uso do Bem Público (UBP), conforme previsto no Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001, sendo fator determinante para que os resultados históricos de lucratividade fossem comprometidos no biênio 2020-2021. Neste sentido, a administração da empresa buscou a agência reguladora (ANEEL) na intenção de alterar o índice para o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, momento em que aguarda uma resposta positiva do órgão, visto atualmente ser este o indexador padrão de correção nos contratos de compra e venda de energia (CCVEE).

Mesmo após este ano complexo, esta administração mantém o otimismo na recuperação da economia, elevação dos níveis dos reservatórios, aumento na demanda de energia e no sucesso de seus pleitos ao poder concedente solicitando revisões no contrato de

concessão.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) foi de R\$ 114.997 mil, demonstrando uma margem de 67%.

Os resultados obtidos refletem os esforços da administração da companhia na busca constante por redução de custos e na eficiência na utilização dos recursos disponíveis, com vistas a maximização dos ganhos por parte dos acionistas.

Da mesma forma, os desafios apresentados diante da atuação num ambiente concorrencial para venda de seus produtos, tem sido superados mediante a implantação das melhores práticas de comercialização de energia de energia junto ao mercado livre.

Reafirmamos o compromisso da companhia em estar em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa, como forma de manutenção da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

## **2. IDENTIFICAÇÃO GERAL**

A ELEJOR é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) constituída em 09 de julho de 2001 com a finalidade de implantar e explorar o CEFSC (Complexo Energético Fundão Santa Clara) no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

O CEFSC é composto pelas Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e de Fundão, com potências instaladas de 120 MW cada e mais as Pequenas Centrais Hidrelétricas de Santa Clara I e Fundão I, com potências instaladas de 3,6 MW e 2,4 MW, respectivamente. Somado, o parque gerador é capaz de armazenar cerca de 465,7 milhões de metros cúbicos de água e gerar anualmente 1.229.028 MWh, energia suficiente para abastecer uma cidade com aproximadamente 1,8 milhão de habitantes.

Ao final de 2021, a sociedade contava com 17 colaboradores, sendo 7 empregados concursados, 2 diretores executivos, 4 funcionários terceirizados e 4 estagiários. A companhia apoia o desenvolvimento profissional de seus empregados, para isso utiliza-se de benefícios como o auxílio educação, previsto no acordo coletivo de trabalho e do custeamento na participação em cursos, eventos e workshops relevantes para empresa.

A Ata da 64ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da companhia, reformulou o Estatuto Social de modo a adequá-lo as necessidades trazidas pela Lei Federal nº 13.303/16, conhecida popularmente como “Lei das Estatais”. Com relação a estrutura de governo passaram a existir os colegiados do Comitê de Indicação e Avaliação (CIA) e do Comitê de Auditoria Estatutária (CAE).

O sistema pelo qual a Elejor é dirigida e controlada tem no centro da Governança Corporativa a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e a Paineira Participações e Empreendimentos, ambas assistidas por Conselho de Administração (CAD), composto por 7 membros, Comitê de Auditoria Estatutária (CAE) composto por 3 membros, Comitê de Indicação e Avaliação (CIA) compartilhado e uma Diretoria Executiva, composta de um Diretor Presidente e um Diretor Administrativo e Financeiro.

O Referencial Estratégico da entidade tem como princípio fundamental as orientações emanadas de seu Código de Conduta e Integridade, o qual tem como objetivo o alinhamento de condutas individuais na busca de objetivos comuns emanados da missão, visão e valores na busca de um desenvolvimento sustentável.

### **Diretoria Executiva**

João Biral Júnior (Diretor Presidente)

Cleverson Moraes Silveira (Diretor Administrativo Financeiro)

### **Conselho de Administração**

Sergio Luiz Cequinel Filho (Presidente)

Ney Amilton Caldas Ferreira

Moacir Carlos Bertol  
Maria Izabel Batista Alabarces  
Fernanda Duarte Alves Fontana  
Paulo Henrique Gulin Gomes  
Alexandre Radtke

### **Conselho Fiscal**

Marcelo Coser  
Vinicius Luiz Gapski  
Fábio Tamarozzi Ferraro

### **Identificação**

ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.

CNPJ: 04.557.307/0001-49

Produtor Independente de Energia – PIE

Localização da Sede

Rua José Alencar, 2021, Curitiba – Paraná – CEP 80.040-070.

Localização das Usinas Hidrelétricas:

Usina Hidrelétrica de Santa Clara (UHE SCL) e Pequena Central Hidrelétrica de Santa Clara I (PCH SCL I) – Rio Jordão / Bacia Paraná, Sub Bacia Iguaçu, Município Margem Direita Candói/PR, Município Margem Esquerda Pinhão/PR, Distância da Foz 38 km.

Usina Hidrelétrica de Fundão (UHE FND) e Pequena Central Hidrelétrica de Fundão I (PCH FND I) – Rio Jordão / Bacia Paraná, Sub Bacia Iguaçu, Município Margem Direita Foz do Jordão/PR, Município Margem Esquerda Pinhão/PR, Distância da Foz 22,7 km.

## **3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

<b>Acionista</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Valor - R\$ mil</b>	<b>Participação</b>
Companhia Paranaense de Energia - Copel	42.209.920	24.852	70,00%
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	10.651	30,00%
<b>Total</b>	<b>60.300.000</b>	<b>35.503</b>	<b>100,00%</b>

#### 4. RECEITAS E LUCROS

EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS				
	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	306.614	308.890	236.070	212.553	189.270
( - ) Deduções da Receita Bruta	(15.018)	(14.948)	(17.649)	(17.702)	(18.007)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	291.596	293.942	218.420	194.850	171.263
( - ) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	93.228	89.958	86.236	67.324	97.758
( + ) OUTRAS RECEITAS	-	27	-	-	10.887
<b>= RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>198.368</b>	<b>204.011</b>	<b>132.184</b>	<b>127.526</b>	<b>84.392</b>
( - ) RESULTADOS FINANCEIRO	(54.254)	(89.301)	(92.728)	(172.049)	(171.888)
<b>= LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>144.114</b>	<b>114.710</b>	<b>39.456</b>	<b>(44.523)</b>	<b>(87.496)</b>
( - ) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(47.894)	(38.379)	(13.331)	15.154	33.061
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>96.220</b>	<b>76.331</b>	<b>26.125</b>	<b>(29.369)</b>	<b>(54.435)</b>

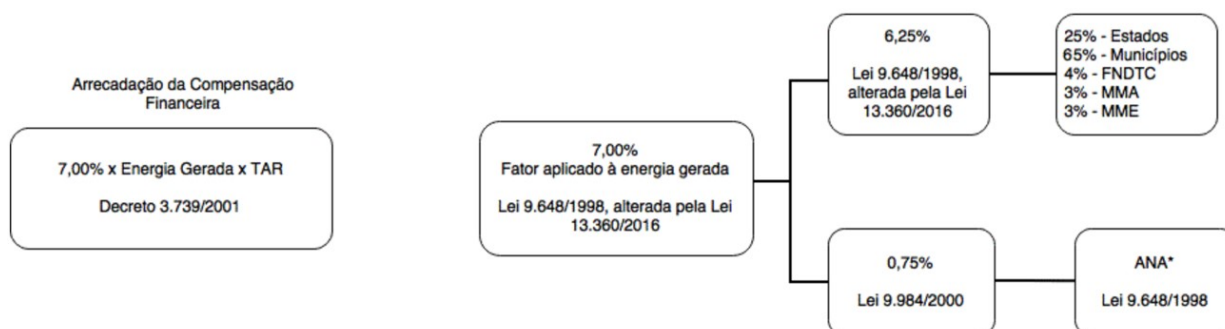
EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS				
	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	291.596	293.942	218.420	194.850	171.263
( - ) Custos e Despesas Operacionais	93.228	89.958	86.236	67.324	97.758
( + ) Outras Receitas	-	27	-	-	10.887
( + ) Depreciação e Amortização	27.703	25.414	27.741	27.753	30.605
<b>EBITDA (LAJIDA)</b>	<b>226.071</b>	<b>229.425</b>	<b>159.925</b>	<b>155.279</b>	<b>114.997</b>

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

#### 5. POLÍTICA PÚBLICAS

A Elejor vem desempenhando seu papel social com os municípios, através do instrumento de desenvolvimento social e econômico denominado: CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. Os recursos da compensação financeira transferidos aos municípios contribuem positivamente nos indicadores sociais e econômicos dessas localidades.

Percentual de distribuição do CFURH:



Fonte: ANEEL

## 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

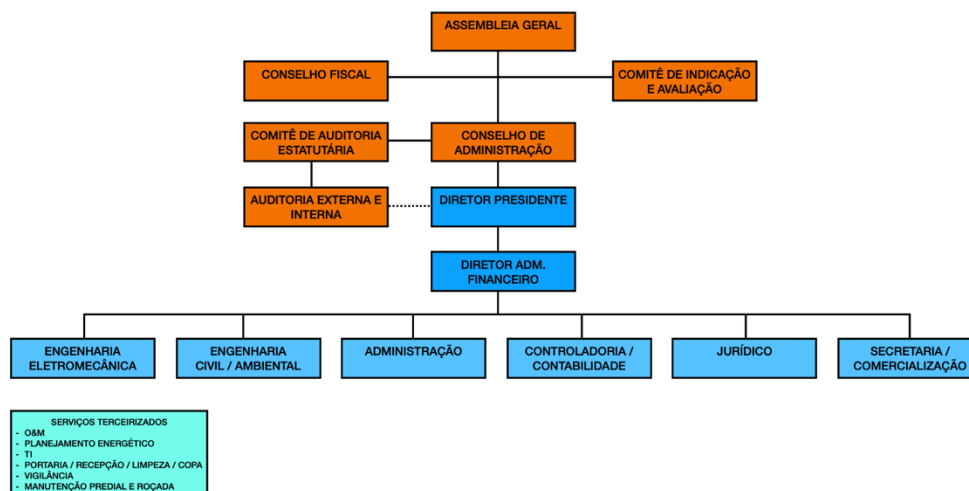
A Elejor possui um modelo de Governança Corporativa estruturado e formalizado em seu Estatuto Social. A Assembleia Geral é o órgão máximo da Empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e regida pela legislação vigente.

O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior da Empresa que, junto com a Diretoria Executiva, é responsável pela administração da Empresa. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Empresa em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.

Na estrutura organizacional, os tópicos de Engenharia, Controladoria, Administração, Jurídico e Secretaria são de responsabilidade da Diretoria Econômico-Financeira, sobreposta pelo Diretor Presidente, em conformidade com o estatuto social.

Figura 1 - Estrutura Organizacional





## Assembleia Geral

A Assembleia Geral, formada pelos sócios ordinaristas, é soberana sobre as decisões da Empresa. Realizadas ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho de Administração, as Assembleias estabelecem, de forma geral, as normas que devem ser cumpridas para a execução da missão da Elejor.

## Comitê de Indicação e Avaliação

Comitê Estatutário responsável por verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Diretores Executivos, Comitê de Auditoria Estatutário e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o Acionista Controlador na indicação desses membros.

## Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo dois indicados pela Companhia Paranaense de Energia e o outro pela Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.

## Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. Formado por sete integrantes, sua composição é constituída por meio de deliberação em Assembleia Geral,

Cabe ainda ao Conselho de Administração acompanhar as atividades da Empresa por meio de reuniões convocadas pela Diretoria Executiva, em que são discutidos os temas estratégicos propostos, incluindo os riscos e oportunidades. Também são analisados impactos econômicos, ambientais e sociais associados aos processos e decisões empresariais.

A Comunicação com o Conselho de Administração ocorre por meio de convocações formais publicadas na mídia ou correio eletrônico, a qual disponibiliza informações dirigidas apenas ao público interno.

### **Comitê de Auditoria Estatutário**

Comitê Estatutário, responsável por opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Elejor e supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Empresa.

Também compete ao Comitê, monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Empresa, avaliar e monitorar exposições de risco da Empresa, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração da administração;
- b) utilização de ativos da Empresa;
- c) gastos incorridos em nome da Empresa;

Além disso, avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas, elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as suas recomendações do, registrando, se houver, as divergências significativas entre

administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário, em relação às demonstrações financeiras.

### **Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva aprovada pelo Conselho de Administração é composta pelo Diretor-Presidente e pelo Diretor Administrativo-Financeiro. O Diretor Presidente é indicado pela Companhia Paranaense de Energia S.A., enquanto o Diretor Administrativo-Financeiro é indicado pela Paineira Participações e Empreendimentos Ltda., em conformidade com o Acordo de Acionistas.

Cabe a Diretoria Executiva propor e gerenciar a estrutura organizacional para operacionalizar os negócios da empresa. Cada nível hierárquico dessa estrutura tem suas atribuições, responsabilidades e competências definidas em normas internas. As competências da Diretoria Executiva são regidas pelo Estatuto Social da Empresa.

## **7. COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Composição da Administração**

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria  
*Conselho de Administração*

Composto por 7 membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato de 2 anos.

#### *Diretoria Executiva*

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia, em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. A Diretoria é composta por 2 membros, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 Diretor Presidente e 1 Diretor Administrativo-Financeiro.

### **Remuneração da Administração**

A Assembleia Geral, de acordo com o Art. 152, da Lei Federal no 6.404/1976, define a remuneração anual, com encargos, dos Administradores (Conselho de Administração,

Diretoria Executiva) e conselheiros fiscais da Elejor, conforme Art. 5º, inciso VII, do Decreto Estadual no 6.262/2017.

## **8. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

A Companhia utiliza, para avaliação dos seus controles internos e de divulgação financeira, os critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework (2013), publicado pelo COSO (The Committee of Sponsoring Organizations).

Outras informações sobre o desempenho dos negócios da Elejor encontram-se no Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, disponíveis no website: [www.elejor.com.br](http://www.elejor.com.br)

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Sergio Luiz Cequinel Filho**

Conselheiro Presidente

**Paulo Henrique Gulin Gomes**

Conselheiro

**Alexandre Radtke**

Conselheiro e membro do CAE

**Ney Amilton Caldas Ferreira**

Conselheiro

**Maria Izabel Batista Alabarces**

Conselheira e membro do CAE

**Fernanda Duarte Alves Fontana**

Conselheira e membro do CAE

**Moacir Carlos Bertol**

Conselheiro